

## **A pauperização feminina nas cidades brasileiras- Trabalho, Classe, raça**

### **The pauperization of women in Brazilian cities - Work, Class, race**

DOI:10.34117/bjdv8n1-108

Recebimento dos originais: 05/12/2021

Aceitação para publicação: 08/01/2022

#### **Ana Lúcia Alencar Burgos**

Pós-doutoranda em Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades- Centro de Estudos Sociais- Universidade de Coimbra- Coimbra/Portugal

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco/Brasil

Instituição: Universidade de Coimbra-Portugal

Endereço- Rua Ermelinda Belo 3, 2d Amora Seixal- Portugal

E-mail: anaburgos@gmail.com

#### **RESUMO**

De espaço de mobilidade social e lugar de acesso à diversidade cultural, melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida, elas têm se tornado em aglomerações, ou depósito de pessoas, marcadas pela fragmentação, dualização, violência e degradação ambiental. A aceleração da desigualdade social (1990), somou-se à crise do Estado, que tirou dos governos brasileiros muito do seu poder de investimento em infraestrutura e serviços sociais e passou a ser sinônimo de desemprego, miséria, violência, favelas. Nas “relações sociais de sexo” e de “raça”/etnia, existem elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho, especialmente, no que denomina de “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”. As mulheres efetuam majoritariamente ‘trabalho como (informalidade, precarização, assédio sexual) e os salários das mulheres’ (FALQUET, 2012). Abordaremos um estudo de caso sobre a pauperização feminina. Este foi realizado no Condomínio Urupiara, localizado em Alagoinhas/Bahia/Brasil. Os dados retratam que a maioria da população é formada por mulheres jovens com baixa escolaridade e com uma renda de 1 S.M. Nesta área não se encontra os serviços públicos necessários para os moradores, com exceção dos equipamentos de lazer (parques e praças) e equipamento esportivo. Concluímos com o estudo que a pauperização feminina no mundo contemporâneo, está presente na maioria das cidades brasileiras, em virtude de um processo histórico cultural, onde ainda existe menos oportunidades de trabalho e menor renda para as mulheres, principalmente para as mulheres pobres e negras. Esta precarização ocorre ainda devido se associar o trabalho doméstico ao das mulheres.

**Palavras-chave:** desigualdades sociais, trabalho, pauperização .

#### **ABSTRACT**

From a space for social mobility and a place for accessing cultural diversity, better employment opportunities and quality of life, they have become agglomerations, or deposits of people, marked by fragmentation, dualization, violence and environmental

degradation. The acceleration of social inequality (1990) was added to the crisis in the State, which took from Brazilian governments much of their investment power in infrastructure and social services and became synonymous with unemployment, poverty, violence, favelas. social gender” and “race”/ethnicity, there are essential elements to understand the exploitation of the world of work, especially in what he calls “devalued work” or “work considered feminine”. Women mostly carry out work such as (informality, precariousness, sexual harassment) and women's wages” (FALQUET, 2012). We will address a case study on female pauperization. This was held at the Urupiara Condominium, located in Alagoinhas/Bahia/’Brazil. The data show that the majority of the population is formed by young women with low education and with an income of 1 MW. In this area, the necessary public services for residents are not found, with the exception of leisure equipment (parks and squares) and sports equipment .We conclude with the study that female pauperization in the contemporary world is present in most Brazilian cities, due to a historical and cultural process, where there are still fewer job opportunities and lower income for women, especially for poor and black women . This precariousness is also due to the association of domestic work with that of women.

**Keywords:** social inequalities, work, pauperization.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, é bastante evidente, a cidade “dos que têm” e a cidade “dos que não têm”. A cidade dos que têm toda infraestrutura instalada e a prestação de serviços públicos, e outra, que mora nas áreas periféricas e não possuem serviços públicos de qualidade.

Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes.

Essa é uma distinção importante, na medida em que se atuamos apenas no plano das desigualdades de acesso, estaremos trabalhando os impactos da estrutura na vida das mulheres, o que é importante, mas não o suficiente, enquanto, ao assumirmos as desigualdades de gênero como estruturadoras e dinamizadoras das cidades, estaremos enfrentando a questão do poder, e conseqüentemente, dos privilégios que os homens têm com a conservação dessa estrutura. Desse modo, analisar as sociedades numa perspectiva de gênero é desvelar e buscar transformar os complexos mecanismos sociais, políticos e institucionais que têm mantido as mulheres em situações de opressão, submissão e injustiça. (MACEDO, 2001).

As mulheres têm grande dificuldade em representar seu papel de mulher na sociedade, nas diversas esferas, política, social e econômica. Também essa dificuldade é verificada na sua participação nas cidades e na construção de políticas públicas, que observem: as necessidades das mulheres quanto à construção de habitações, com qualidade para o cuidado dos seus filhos; a construção de creches, de áreas de lazer e de postos de saúde; que permitam à mulher buscar o mercado de trabalho e que tenham um mínimo de condições para a educação e para a segurança e o convívio dos seus filhos. As mulheres estão nas cidades em todos os lugares. Ainda que essa constatação possa parecer uma obviedade, vez por outra, nos damos conta que o que parece evidente por vezes oculta uma trama complexa, em que o estar e transitar fisicamente em um dado território não significa automaticamente a ocupação do mesmo como espaço próprio, ou mais grave ainda, como espaço público, lugar da cidadania (TACIANA, 2005).

Falar da categoria Trabalho das Mulheres, nos remete para o “trabalho desvalorizado” e o “trabalho considerado feminino”. Estes são entendidos, ainda, como tudo o que se encontra entre a extração de trabalho mediante salário e a extração de trabalhos gratuitos. Essas extrações são “coconstruídas”. Em termos de classe e das relações de exploração, o “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”, tipo de trabalho proletário, permite fazer uma relação entre sexo e classe por um lado, entre “raça” e classe por outro.

O Brasil vivenciou uma inédita e sistemática queda da desigualdade no período de 2002 a 2015, mas continua a ocupar a posição de um dos países mais desiguais do mundo. É absolutamente importante discutir a desigualdade do ponto de vista da renda, olhando o estoque de capital e o patrimônio acumulado pelos ricos. No entanto, o olhar sobre a desigualdade não pode ignorar a necessidade de superar a assimetria de acesso a bens e serviços. Uma parcela expressiva da população vem vivendo à margem de condições mínimas de vida. Elevá-las a um patamar de dignidade não pode ser considerado um valor secundário no debate sobre desigualdade. Esse tema é, sem dúvida, um dos mais relevantes aprendizados e evidências do período de conquistas sociais que o Brasil viveu recentemente.

## **2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL**

A mensuração de desigualdade mais conhecida é a da concentração de renda apurada pelo Coeficiente de Gini. Ela aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e vem cumprindo um papel inegável, ao expor uma das faces mais

estruturantes do fenômeno, a desigualdade de renda. Entretanto, apresenta limitações por olhar um único aspecto do problema: a renda monetária.

Os dados do Coeficiente de Gini, todavia, são claros ao evidenciar uma queda na desigualdade de renda no período de 2002 a 2015, em patamares e com uma qualidade como não havia ocorrido na história brasileira. Durante o período, a riqueza acumulada no País aumentou e, ainda que a renda de todos os quintis tenha se ampliado significativamente, a renda dos mais pobres (primeiro e segundo quintis) aumentou mais do que a do resto da população.

O processo reverteu uma tendência à concentração de renda que vivia o Brasil desde a ditadura militar e que ficou estagnada no início do período democrático. Entre 1980 e 2001, o Coeficiente de Gini ficou congelado no elevado patamar de 0,59, caindo, em 2015, ao seu nível mais baixo, 0,49. O aumento real do salário mínimo, a crescente formalização do mercado de trabalho, a incorporação dos mais pobres ao orçamento federal, por meio de políticas de inclusão social e distribuição efetiva de renda, e a promoção de uma política social integrada explicam, em boa medida, essa transformação.

A ampliação da renda, que se refletiu em mais direitos, mais acesso e, sim, mais consumo, é resultado direto da política de valorização do salário mínimo, formalização do trabalhador, criação de novos empregos – inclusive os decorrentes de investimentos como habitação popular, equipamentos sociais e política de conteúdo nacional –, ampliação do acesso à aposentadoria urbana e rural, benefícios assistenciais e do Bolsa Família.

A consequência direta desse processo foi o fortalecimento do mercado interno. A expansão dos investimentos em infraestrutura foi direcionada para chegar às periferias, aos bairros operários e ao campo. Fomos buscar nos indicadores de água, saneamento e energia como isso se reflete para os que historicamente ficaram para trás. A busca da universalização e do enfrentamento das iniquidades em educação, saúde e assistência social, prevista desde a Constituição Federal de 1988, ousou tocar na franja marginalizada da sociedade; e a resposta foi imediata: milhões de jovens na escola na idade certa, jovens negros e negras nas universidades, queda vertiginosa da mortalidade infantil.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), no seu primeiro relatório sobre distribuição de renda na América Latina (2010), *Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad*, afirma ser esta a região mais desigual do mundo (ONU-PNUD, 2010). Dos 15 países com maior desigualdade, dez estão na América Latina e no Caribe, sendo que o Brasil e o Equador têm o terceiro pior

Índice Gini: 0,56 (quanto mais próximo de 01 o coeficiente, mais desigual é o país), só superados pela Bolívia, Camarões e Madagascar com 0,60, e África do Sul, Haiti e Tailândia com 0,59.

Os países da região com o melhor índice – inferior a 0,49 – são: Costa Rica, Argentina, Venezuela e Uruguai. Na média, o Índice de Gini da América Latina e do Caribe é 36% maior do que o dos países do Leste Asiático e 18% acima da África Subsaariana. Por outro lado, o grau de concentração de propriedade da terra no país está praticamente inalterado desde 1985.

Segundo o 10º Censo Agropecuário 2006 – o mais recente disponível –, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Gini – indicador da desigualdade da propriedade fundiária – registra 0,854 pontos, patamar próximo aos dados verificados nas duas pesquisas anteriores: 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). A desigualdade é indissociável do processo de “modernização produtiva” e da inserção do país no competitivo mercado mundial de commodities agrícolas, atualizando sua condição histórica de economia agroexportadora. Verifica-se, ao mesmo tempo uma intensa internacionalização do território brasileiro mediante a compra de terras por parte dos grandes conglomerados financeiros mundiais, sem controle público, tendo em vista a produção de produtos agropecuários para exportação, a disputa pela água, por recursos minerais e pela biodiversidade.

Segundo o Ipea (op. cit.), a desigualdade de renda no Brasil vem caindo continuamente entre 2001 e 2011: a renda per capita dos 10% mais ricos teve um aumento acumulado de 16,6%, enquanto a dos mais pobres cresceu 91,2% no período. Ou seja, a renda dos mais pobres cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos.

Segundo o panorama identificado pelo Ipea:

- Nas famílias chefiadas por analfabeto, a renda das pessoas sobe 88%. E há um decréscimo de 11% nas famílias em que as pessoas de referência possuem 12 ou mais anos completos de estudos;
- A renda do Nordeste sobe 72,8% contra 45,8% do Sudeste;
- A renda cresceu mais nas áreas rurais mais pobres (85,5%), contra 40,5% nas metrópoles e 57,7% nas demais cidades, A renda daqueles que se autoidentificam como pretos e pardos sobe 66,3% e 85,5%, respectivamente, contra 47,6% dos brancos.

Com a redução da desigualdade, entre 2001 e 2011, a pobreza e a extrema pobreza mantêm uma trajetória decrescente contínua, com queda de 55%, independente da linha de pobreza e da medida utilizada. A redução dos níveis das desigualdades e da pobreza extrema merecem ser saudadas porque representam ampliação de possibilidades reais de vida para grandes parcelas populacionais.

Os dados retratam a distribuição dos rendimentos das famílias brasileiras, decisivamente impulsionada pela ação estatal de transferência de verba pública. Mas recusa-se a armadilha da naturalização dos níveis de desigualdade, colocando em questão apenas os efeitos mais visíveis dos “excessos da exploração e da desigualdade”.

Este movimento distributivo e desconcentrador da renda familiar – que atesta redução da pobreza, da extrema pobreza e da desigualdade de rendimentos – convive com um profundo processo de concentração e centralização da propriedade fundiária e de capitais nacionais e internacionais. Estes processos têm sido impulsionados por generosos créditos estatais, por meio de instituições bancárias públicas, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e de subsídios previstos nas políticas públicas, inclusive no campo da pesquisa e inovação tecnológica. Em outros termos, nesse processo de crescimento econômico vivenciado pelo país recompõe-se e aprofunda-se a concentração da propriedade e do poder de classe.

No período de 2016 a 2018 não se pode interpretar como tendo havido a destruição do arcabouço da rede de proteção social no país. Apesar dos golpes contundentes que sofreu, tais como a Emenda Constitucional 95/2016 que cria o teto de crescimento das despesas na área social vinculado à inflação, do aumento do percentual da Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 20 para 30%, da reforma trabalhista, e da ameaça da reforma previdenciária. Esse período caracteriza-se não pela *destruição* propriamente dita do arcabouço social que vinha sendo construído e consolidado, mas pela sua *desconstrução*. O discurso que fundamenta as reformas não é agressivo; elas são justificadas como forma de enfrentamento do desajuste fiscal, propondo-se a desconstitucionalização dos direitos sociais. O traço maquiavélico que marca esse período de transição entre 2016 e o pesadelo que se inicia em 2019 para a área social é que o formato das políticas e programas sociais continuaram como tais, embora progressivamente desidratados e tendo pervertidos seu conteúdo social até então vigente.

A racionalidade técnica passa a estar a serviço dos interesses econômicos da administração pública, e contra os interesses dos cidadãos, mas em nome da defesa destes. Acena-se, então, mais do que nunca, com as vantagens do mercado frente à

irracionalidade e falta de capacidade de gestão do Estado; mercado este que, tal como nas origens de sua presença na área social, caracteriza-se por se constituir num mercado sem risco, porque tem no Estado a garantia da sua demanda. Asfixia-se a área social com o congelamento de recursos para seu financiamento, e promove-se o empreendedorismo individual como substituto do trabalho com estabilidade. Esvazia-se o SUS com restrição de recursos e de contratação de pessoal e enxugamento de programas, porém seu arcabouço institucional continua o mesmo, utilizando-se a tática de um ninho vazio. Tem início na área social a privatização da gestão dos serviços sociais por meio da aceleração de contratações de instituições públicas de direito privado, que significam a privatização da gestão pública estatal pela racionalidade privada.

A partir de 2019 o jogo endurece. Inicia-se um processo de destruição truculenta do arcabouço social da rede de proteção social, mas não só: do meio ambiente, do direito à terra por parte dos trabalhadores rurais, indígenas e ribeirinhos, dos direitos dos negros, dos LGBTQI+, enfim, de todos os direitos que não respondam à bíblia dos novos donos do poder. O pacto de solidariedade social que até então vinha sendo construído a duras penas e crivado de tensões vem agora sendo substituído a ferro e fogo (literalmente) pela norma régia de cada um por si e contra os outros. A burocracia estatal se torna o algoz e o cemitério das políticas sociais e das práticas de gestão inovadoras e progressistas da área social.

O vaticínio e o propósito do atual chefe de Estado vêm sendo cumpridos à risca: “há muita coisa a ser destruída para depois construir” (construir o quê, não se sabe). O objetivo é retornar aos anos 1950, e particularmente aos anos 1960. Mas numa situação agravada uma vez que está se tratando de romper qualquer forma de solidariedade social, mesmo aquela neoliberal de focalização das políticas sociais aos segmentos extremamente pobres da população. Não se trata mais de propostas de focalização *versus* universalização das políticas e dos programas sociais, mas de destruição de todo aparato social, começando por mudar o conteúdo social desses programas e políticas. Os pobres foram excluídos da agenda pública. Tome-se como exemplo a operação “pente fino” na previdência e assistência social, e no Programa Bolsa Família (PBF). Voltam as filas de espera para a concessão dos benefícios (3,5 milhões de famílias no caso do PBF), os prazos para respostas de pedidos são indeterminados, entre 2015 e 2019 - a população dos moradores de rua na cidade de São Paulo aumentou em 53%, atualmente 11,7 mil dormindo em abrigos e 12,6 mil nas ruas (PMSP, 2020) - ; 1,7 milhões de segurados da previdência social aguardam retorno após entrada do pedido de



concessão de benefício, inclusive gestantes. O Brasil volta para o Mapa da Fome; o sarampo ressurgiu a começar pelos estados mais ricos do país; a sífilis por transmissão vertical volta a se fazer presente de forma expressiva; a culpabilização dos indivíduos por suas doenças é uma constante. Da mesma forma a culpabilização dos pobres por terem ousado começar a ocupar o mesmo espaço dos não pobres, seja em aeroportos ou nas universidades.

O conjunto de ações do atual governo a partir de 2019 é marcado por ações que penalizam sobretudo os mais pobres, seja por meio de restrição eivada de arbitrariedades de acesso ao Benefício de Prestação continuada (BPC), seja por destruir a credibilidade do PBF quanto a critérios de distribuição das bolsas, como recentemente, quando as novas bolsas foram destinadas em 3% para o Nordeste e 76% para o Sul/Sudeste, sendo que aquela região apresenta 36% dos pobres e extremamente vulneráveis do país.

Agrega-se a esse enxugamento dos benefícios distributivos sem vínculo contributivo à reforma da previdência social, tida como carro chefe do caminho para a retomada do crescimento. Aprovada e homologada, ela destituiu direitos, acompanhando a destituição de direitos promovida pela reforma trabalhista, proíbe acúmulo de benefícios (pensão por viuvez e aposentadoria, por exemplo), acaba com a atualização do valor dos benefícios, além de aumentar idade e tempo de contribuição e diminuir o valor dos benefícios.

Se a destruição de todas as políticas do arcabouço institucional de proteção social e de garantia dos direitos sociais básicos, que atinge também as áreas da cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, e todo o rastilho do que diz respeito a garantias de vida digna, a previdência social é aquela que mais atinge o núcleo das políticas distributivas pelo seu caráter efetivamente redistributivo. Segundo a Associação Nacional de Auditores Fiscais, em 2017, em 88% dos municípios brasileiros, a transferência monetária da previdência e da assistência social era maior que as suas receitas tributárias; e, em 73,6% dos municípios entre 10 e 20 mil habitantes, ela era maior que a transferência da União por meio do Fundo de Participação Monetário (FPM) (França,2019).

Lena (Lavinias,2019)) mostra como em 2018 o índice de Gini na faixa entre 14-59 anos era de 0,59, enquanto entre aposentados e pensionistas, com mais de 60 anos, era de 0,39, a menor medida de desigualdade da histórica brasileira. E um último adendo: o modelo da reforma é o chileno, reconhecidamente fracassado em termos de suas funções sociais de proteção social. No Chile atual, 8 entre 10 aposentados pela previdência social recebem benefício inferior a um salário-mínimo, e 44% dos aposentados estão abaixo da



linha da pobreza. Mas o sistema previdenciário chileno, nosso modelo, é reconhecidamente bem sucedido em termos de política econômica: as Administradoras de Fundos de Pensão movimentam 70% do PIB chileno.

Essa destruição da rede de proteção social e dos direitos fundamentais dos cidadãos significa a quebra dos pactos de solidariedade social e do ciclo de cidadania social que se instaurou a partir de 1988, e implica a quebra da expectativa de direitos, portanto, a quebra da possibilidade de projetos de futuro por parte de largos setores da sociedade.

Abre-se um novo ciclo. No Brasil a expansão dos direitos contributivos deu-se em períodos de regimes autoritários (cidadania regulada). Entre 1995-2002, no período do Governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorreu a expansão fracionada de benefícios sociais como não direitos. De 2003 a 2010, no período do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu uma expansão agressiva das políticas sociais e da implementação dos direitos sociais (e dos “quase direitos”, no caso do PBF) com incentivo da participação social. De 2011 a 2016, no período do Governo de Dilma Rousseff, ocorreu a consolidação das políticas e programas sociais e a instituição do Sistema Nacional de Participação Social, em 2014, embora no segundo mandato da presidente tenha havido um distanciamento do governo com relação à sociedade. Entre os anos de 2016 e 2018 assiste-se à desconstrução do aparato social até então construído, no período que se inaugura com o Governo de Jair Bolsonaro, que tem início a destruição de toda e qualquer política de proteção social no país.

### **3 O TRABALHO FEMININO NO MUNDO CAPITALISTA**

Falar do trabalho feminino, temos que inicialmente entendermos o conceito de gênero e como ele está inserido no mundo capitalista.

Para discutir e propor o conceito de gênero, Scott situa historicamente a emergência dos estudos sobre a mulher numa narrativa tradicional. Diferentemente da história apresentada por essa autora em seus trabalhos, a história das mulheres emerge nos anos 1960, com o movimento feminista exigindo que a historiografia apresentasse a participação feminina no curso da história, resgatasse suas heroínas e explicasse a opressão patriarcal. Tratava-se de um momento no qual os historiadores desfrutavam de uma “estranha imunidade”, “[...] a de não pertencerem a nenhum sexo”. Tinha-se, então, que convencê-los a assumirem que eles o possuíam e que isso era relevante. (SCOTT, 1990, p. 5).

O conceito de gênero abordado por Scott (1990) fez examinar as três posições teóricas que lhes dão sustentação. A primeira, numa tentativa feminista de entender as origens do patriarcado; a segunda se situa numa tradição marxista e busca um compromisso com a crítica feminista; e a terceira se divide entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, inspirando-se em diversas escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais.

Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985). Sabemos que o capital é uma relação social por excelência que, na sua busca incessante de lucro, tende a expandir-se indefinidamente por meio da apropriação de trabalho não pago dos trabalhadores. Seu ciclo expansionista realiza-se por meio da ampliação da parcela do capital investida em meios de produção – capital constante – aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo relativamente aquela investida em força de trabalho – capital variável.

Outra condição e resultado contraditório desse mesmo processo é a ampliação da superpopulação relativa – ou população “sobrante” para as necessidades médias de valorização do capital –, fazendo crescer o desemprego e a precarização das relações de trabalho. Assim, o pauperismo como resultado do trabalho – do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social –, é uma especificidade da produção fundada no capital (NETTO, 2001). Em outros termos, o processo de acumulação ao realizar-se faz crescer o fosso das desigualdades entre as classes sociais – a acumulação da riqueza e da pobreza –, o que, por sua vez, restringe a capacidade de consumo das mercadorias produzidas.

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, políticos e sociais. Esse processo é denso de

conformismos e rebeldias, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública. Ela passa a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais.

A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo e se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa. Tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho: para o controle do capital sobre o trabalho e para a concorrência entre os trabalhadores.

No tocante ao trabalho no país, os dados sintetizados por Silva (2011) a partir da Pnad/IBGE de 2009, podem ser apreciados a seguir:

- Desemprego maciço e prolongado
- Informalidade em grande proporção (terceirização, trabalho temporário, subemprego)
- Grande rotatividade no emprego e predominância de contratos até dois salários mínimos
- Desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, sobretudo no âmbito da seguridade social
- Queda do nível de renda média do trabalhador
- Redução da participação da renda trabalho no conjunto da renda nacional
- Concentração da renda e do poder político.

Segundo o Pnud (2010), em 2009, 10% dos mais ricos detinham 43% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres disputavam 1,1% dessa renda Segundo o Ipea (2012), em 2011, o cenário brasileiro foi de desaceleração econômica: não houve crescimento do PIB, da renda e houve perda de dinamismo da produção industrial, apesar do aumento do emprego e da massa salarial.

Daí os chamamentos ao “desenvolvimento” no âmbito da política econômica. Segundo a mesma fonte, verificou-se um aumento expressivo da população ocupada entre 1996-2009 em todos os setores de ocupação, cujos postos de trabalho foram absorvidos predominantemente por trabalhadores informais – à exceção do setor agrícola que apresentou um desempenho negativo de 19,1%. Em 2011, houve crescimento de 6,2% de emprego com carteira assinada e uma queda de 1,9% do nível médio de informalidade.

Ela é mais acentuada nas áreas não metropolitanas e diminui com a elevação do nível de escolaridade.

Como registra o Ipea (2012), tanto a Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), nos anos 2008-2011, quanto a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, em 2011, detectaram crescimento da população ocupada com a geração de novos postos de trabalho.

Para o IBGE, houve diminuição da taxa de desemprego fixada em 4,7% em dezembro de 2011 e uma média anual de 6,0%. A taxa de desocupação encontra-se em trajetória descendente em relação a 2010 e há uma evolução favorável da taxa de desemprego para todos os segmentos nos recortes de faixa etária, gênero, grau de instrução e posição na família. Mas, segundo o Dieese, o nível de ocupação favorável está localizado prioritariamente na intermediação financeira e na construção civil, tendo o emprego nos setores industrial e agrícola, apresentado sinais de perda de dinamismo. O chamado setor terciário foi responsável em grande medida pelos dados favoráveis do mercado de trabalho.

Em 2015, uma crise atinge em cheio as famílias brasileiras. A renda média havia aumentado 6,6% entre 2012 e 2014; no entanto, no ano seguinte, despencou 3,3%. Permanece então em baixa pelos dois anos seguintes, gerando a impressão de estagnação generalizada. Somente em 2018, a recessão parece dar lugar ao crescimento. A desigualdade ainda apresenta queda até 2015. Mas, em 2018, já não se trata mais do processo de equalização verificado desde a década anterior, mas sim das consequências da crise, que afetou com intensidade um pouco maior os extremos da distribuição. No geral, todos se tornaram “igualmente um pouco mais pobres”. Porém, a partir dali a tendência inverte a alta consistente da desigualdade. O coeficiente de Gini deu saltos particularmente intensos em 2016 e em 2018, fazendo com que o Brasil registrasse, naqueles anos, o maior nível de desigualdade da série: 0,545.

#### **4 ESTUDO EMPÍRICO- RESIDENCIAL URUPIARA**

Descrevemos a seguir os dados do Autocensoamento realizado no Condomínio Urupiara, objeto de estudo empírico, sobre as categorias trabalho, sexo, escolaridade, renda.

No Empreendimento Urupiara, com relação a categoria sexo, demonstramos que os moradores são, em sua maioria, formados por mulheres, com cerca de 774 pessoas, representando cerca de 53,64%. Entretanto, existe uma pequena margem de diferença

comparada com os homens, por estes representarem 669 pessoas e cerca de 46,36% dos moradores. Muitas dessas mulheres são chefes de família.

Na categoria idade apresentamos os dados na Tabela 1 a seguir:

**Tabela 1- Grupos de Idade**

Grupos de Idade	Pessoas	Percentual
18 a 24 anos	183 pessoas	11,91%
25 a 35 anos	306 pessoas	19,91%
36 a 45 anos	255 pessoas	16,59%
46 a 60 anos	137 pessoas	8,91%
Maior de 60 anos	49 pessoas	3,19%

**Fonte- o autor**

Com os dados acima podemos apontar que as faixas etárias que representam a maioria dos moradores, são de 25 a 35 anos, onde contêm cerca de 306 pessoas e um percentual de 19,91%. Podemos concluir que os moradores, em sua maioria, são moradores jovens e que se encontram na faixa da população economicamente ativa.

Na categoria escolaridade, apresentamos os dados na Tabela 2:

**Tabela 2- Nível de Escolaridade**

Escolaridade	Pessoas	Percentual
Ensino Médio Completo	338 pessoas	26,24%
Curso Superior Incompleto	55 pessoas	4,27%
Curso Superior Completo	55 pessoas	4,17%

**Fonte- o autor**

Observamos que, em sua maioria, os moradores possuem ensino médio completo, com 338 pessoas e cerca de 26,24%. Portanto, é uma comunidade com um regular nível de escolaridade, que por sua vez, poderá ter um melhor nível de compreensão e conhecimento sobre os direitos e deveres dos cidadãos e também poderão ter melhor inserção no mercado de trabalho.

No que diz respeito a situação da categoria trabalho, podemos verificar na Tabela 3:

**Tabela 3- Trabalho**

Trabalho	Pessoas	Percentual
Assalariados com registro	268 pessoas	24,84%
Autônomo	161 pessoas	14,92%
Desempregados	126 pessoas	11,68%
Aposentados e Pensionistas	36 pessoas	3,34%

**Fonte- o autor**

Verificamos através dos dados acima que, em grande parte, os moradores são assalariados com registro, representando 268 pessoas, e cerca de 24,84% dos moradores. Entretanto, existem ainda moradores autônomos, que exercem seu trabalho sem nenhum

vínculo trabalhista. Dentro desta categoria, encontramos moradores desempregados, com um índice bastante expressivo, de 11,68% e muitos deles não possuem outra fonte de renda.

A faixa de renda dos moradores está descrita na Tabela 4:

**Tabela 4- Nível de renda**

Nível de renda	Pessoas	Percentual
Até 1 S.M	348 pessoas	49,15%
1 S. M até R\$ 1,245,00	138 pessoas	19,49%
R\$ 1.245,00 até R\$ 2.480,00	30 pessoas	4,24%

**Fonte- o autor**

Verificamos também nos dados da pesquisa, que a maioria dos moradores possuem renda de até 1 S.M. Se observarmos todo os dados, cerca de 68,62% possuem renda de até R\$ 1.245,00. Portanto, o nível de renda é muito baixo para esses moradores.

Outro indicador pesquisado foi sobre se os moradores recebem outra fonte de renda. Apresentamos na Tabela 5 os referidos dados:

**Tabela 5- Outra Fonte de Renda**

Outra Fonte de renda	Pessoas	Percentual
Não tem outra fonte de renda	792 pessoas	80,41%
Pensão	44 pessoas	4,47%
Programa de Transferência de Renda	78 pessoas	7,92%
Eventual (bico)	11 pessoas	1,12%
Aposentadorias	9 pessoas	0,91%

**Fonte- O autor**

Estes dados acima nos remetem ao que ocorre na maioria das populações que vivem nos Empreendimentos do antigo Programa Minha Casa Minha Vida. São pessoas que em sua maioria viviam em áreas de risco, lugares insalubres, sem condições de moradia e que foram remanejadas para Empreendimentos Habitacionais construídos em áreas periféricas. Podemos apontar alguns problemas para esses moradores após a mudança para a nova moradia: 1) Distância do centro da cidade e de seus trabalhos; 2) Sem a prestação de serviços de saúde, educação, transporte, saneamento, suficientes, que possam atender esses moradores, além dos que já residem nestes lugares.

No Residencial Urupiara existe também a falta de atendimento à população com relação aos serviços públicos, como creche, escolas, posto de saúde. Só existem esses serviços em outro bairro próximo ao Empreendimento e, por sua vez, estes serviços não podem mais absorver esses moradores. Portanto, eles têm que se deslocar para o centro da cidade.

Analisando os dados representados nas três categorias trabalho, sexo e renda, podemos concluir que, a maioria dos moradores são mulheres trabalhadoras assalariadas, com registro na carteira de trabalho, porém possuem uma faixa de renda de um a dois salários mínimos. Existem algumas mulheres que estão desempregadas. Algumas recebem dinheiro de pensão, outras recebem recursos do Programa de Transferência de Renda, de aposentadorias ou vivem de trabalhos informais eventualmente. A maioria delas não possuem outra fonte de renda. Como a maioria dos moradores são mulheres, esta precarização do trabalho é bem maior e, portanto, a pauperização feminina é evidenciada, pois muitas destas mulheres, se quer, possuem renda para uma vida digna.

Apesar das desigualdades sociais no Brasil, segundo dados do IBGE (2010) terem sido reduzidas, a situação das mulheres pouco mudou. Elas são subrepresentadas. A inserção do trabalho qualificado fica para o homem.

A realidade do mundo do trabalho no Brasil ainda indica obstáculos históricos impostos à participação das mulheres e das mulheres negras em particular. Enquanto os homens, sejam brancos ou negros, apresentam taxas de atividades superiores, as das mulheres. Isso significa dizer que, de cada 10 mulheres, 4 não conseguem se colocar disponíveis para uma ocupação no mercado de trabalho, dificuldade ampliada ao considerarmos a realidade das mulheres negras.

É possível perceber uma nítida separação entre homens e mulheres. Os homens, sejam brancos ou negros, apresentam taxas de atividades superiores, ao das mulheres de ambos os grupos raciais.

A pirâmide da escolaridade no Brasil revela primeiramente que às mulheres brancas possuem uma maior escolaridade. Os homens brancos estão em segundo lugar, e por último, as mulheres negras e homens negros. O nível de escolaridade permite que as mulheres possam ingressar no mercado de trabalho mais qualificado, embora comparado ao homem, ele a supera.

Os indicadores mostram que a população economicamente ativa (PEA) feminina aumentou consideravelmente no período 1995-2005, assim como as taxas de atividade e os percentuais femininos no conjunto dos trabalhadores. Em 2005, mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhou ou procurou trabalho e mais de 40 em cada 100 trabalhadores eram do sexo feminino. Mesmo assim, as mulheres ainda estão longe de atingir as taxas masculinas de atividade, superiores a 70%.

O processo de feminização do mercado de trabalho parece estar se esgotando. Ao longo do período de 2004 a 2014, a taxa de atividade feminina oscilou muito pouco, tendo



alcançado seu teto, 59%, em 2005, para depois, em 2011, cair a 56%. No último ano, este valor foi de 57%, inferior ao do início da série. Se voltarmos a 1995, ou seja, vinte anos atrás, é possível perceber que a taxa de atividade para mulheres era de 54,3%, menos de 3 pontos percentuais em relação à taxa de 2014, o que parece indicar um limite de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Este limite muitas vezes é decorrente do processo de desemprego vir crescendo no país nos últimos anos, que atinge primeiro as mulheres, demonstrando, que, a feminização do trabalho é desigual e determinante para a desigualdade social.

A participação masculina no mundo do trabalho pouco cresceu no período pós-1970. Em sentido inverso, a intensificação da inserção feminina foi o traço marcante nas duas últimas décadas. Entretanto, essa presença feminina se dá mais no espaço dos empregos precários, onde a exploração é, em grande medida, mais acentuada.

A alta escolaridade das mulheres é uma conquista a ser considerada, na medida em que pode protegê-las da não-atividade e do desemprego, mas, por outro lado, as desigualdades de remuneração entre homens e mulheres aumentam quanto maior é o nível de escolaridade. Deste modo, o desafio para as mulheres mais escolarizadas é o de participar de forma equitativa nas carreiras e ocupações consideradas tradicionalmente masculinas.

No que diz respeito aos menores salários, a mulher é a que sempre obtêm estes salários. Os homens por sua vez, recebem maiores salários. Ambos, homens e mulheres, nos mesmos setores de atividades, concentram-se em faixas distintas de salários, apontando uma acentuada desigualdade em relação aos valores médios pagos para os trabalhos realizados conforme o sexo. Portanto, nas mesmas funções existem diferenças de salários para homens e mulheres.

O número de mulheres ocupadas no Brasil sofre a precarização do trabalho na questão geográfica. O trabalho feminino é bem superior na região sudeste do Brasil em comparação com a região nordeste, onde se localiza o Condomínio Urupiara, o nosso objeto de estudo, localizado no estado da Bahia, região nordeste do Brasil. O motivo da diferença do trabalho feminino da região sudeste comparado com a região nordeste, se refere a uma economia mais dinâmica na primeira região, a sudeste. No Brasil podemos observar que no período industrial ocorreu o fenômeno da migração das pessoas da região nordeste para a região sudeste, visando trabalho e melhores salários e condições de vida (habitação, educação, lazer).

Podemos verificar claramente a pauperização feminina na região nordeste, com os dados apresentados sobre o Condomínio Urupiara, coletados durante a realização do autorealceamento, demonstrados acima. As mulheres que lá habitam são, em sua maioria, chefes de família, como na maioria das áreas pobres do Brasil, e recebem até dois salários mínimos. Algumas mulheres que residem no Condomínio, estão sem nenhuma renda formal ou estão desempregadas, e vivem de recursos de transferência de renda do Governo Federal do Brasil.

## 5 CONCLUSÕES

Segundo Fernandes (1975), no Brasil, a expansão monopolista manteve a dominação imperialista e a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofundou as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que vem favorecendo a concentração de renda, prestígio e poder ao nível social, étnico e regional.

Aquela expansão redundou numa forma típica de dominação política, de cunho contrarrevolucionário, em que o Estado capturado historicamente pelo bloco do poder assume um papel decisivo na unificação dos interesses das frações e classes burguesas; e na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade, antecipando-se às pressões populares e realizando mudanças para preservar a ordem.

Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica se expressam na conciliação entre as frações das classes dominantes com a exclusão das forças populares e no recurso frequente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do Estado (COUTINHO, 1989, p. 122). Esta estratégia se atualiza hoje tanto na criminalização da questão social, quanto na decisiva interferência do Estado na estruturação de políticas anticíclicas para o capital na contramão das necessidades da maioria.

O processo de criação de igualdade de oportunidades implica extinção de privilégios, de discriminação, de preconceitos racial, econômico e de sexo presentes na sociedade, quase sempre tolerados pelo Estado. A existência desses condicionantes, em si, constitui barreiras limitadoras de mobilidade econômica de grupos sociais (MILLER, 1996). Nesse caso, o Estado, ao invés de permitir privilégios e preconceitos, deveria coibi-los, criar e discreditar equitativamente as oportunidades de crescimento socioeconômico das pessoas de modo a garantir condições de igualdade de oportunidades a todos.

A educação de qualidade é considerada suficiente para criar condições de oportunidades na redução das desigualdades sociais, porém, devido aos elevados níveis de desigualdades sociais e econômicas do Brasil, os efeitos lentos das atuais políticas de redistribuição de renda, as enormes diferenças econômicas regionais, a educação somente não é suficiente para reduzir significativamente as desigualdades. Na velocidade, o problema exige, e, se for, levará muito tempo, cinco ou mais gerações para equilibrar o processo de desenvolvimento econômico com justiça social.

Daí a necessidade de combinar várias políticas com a educação para acelerar a redução das desigualdades, tais como: política de valorização do salário dos trabalhadores; investimentos e melhorias na educação; política de geração de emprego qualificado e renda; política de saúde com atendimento prioritário aos setores menos favorecidos; aproveitamento dos nichos de desenvolvimento econômico; e, principalmente, uma política de desenvolvimento e crescimento econômico associada à justa política de (re)distribuição de renda.

Das mulheres que residem no Condomínio, em grande parte, são as que possuem empregos com carteira assinada, emprego considerado formal no Brasil, mulheres assalariadas. Todavia, o nível de renda é muito baixo, com até dois salários mínimos, mesmo tendo muitas delas curso médio ou superior, sendo chefes de famílias. Algumas delas, nem se quer possui alguma renda, vivendo de Programas de Transferência de Renda do Governo Federal do Brasil. Combater mais rapidamente a pobreza, a extrema pobreza e favorecer uma expressiva diminuição das desigualdades sociais e econômicas dessas famílias do Condomínio Urupiara, exigem medidas de aprofundamento das políticas sociais, maior participação da sociedade e transição de um Estado de benefícios e transferências de renda para um Estado de bem-estar social. A renda se torna determinante para a redução das desigualdades sociais. Entretanto, a prestação dos serviços públicos é essencial para diminuir também os índices de pobreza.

Muitas destas mulheres, que vivem a precarização do trabalho, com trabalhos muitas vezes domésticos, em tempo parcial, desqualificado, vem a se acentuar com a falta de trabalho, ou com as diferentes formas de trabalhos (informais, part-time), que por sua vez, reforça as desigualdades sociais entre as mulheres. Observamos esta faceta no caso do Condomínio Urupiara, onde as mulheres são maioria, e que possuem uma renda muito baixa para a sobrevivência da sua família.

Esta pauperização feminina é marcante na sociedade brasileira, apesar do Brasil ser um país considerado rico. As mulheres que se encontram na idade da População

Economicamente ativa, muitas delas estão sem trabalho, e quando o possui, são trabalhos informais, precários, trabalhos domésticos, Além do trabalho na rua, existe o trabalho na casa, com afazeres domésticos. Entretanto, a dupla jornada difícil é enfrentada por elas. As mulheres têm que irem em busca de trabalho vivo, que lhe dê valor, em troca de recursos, para o sustento da sua prole.

Concluimos então que a condição humana sem direitos se quer a vida, nos transporta para o que é de mais necessário, a verdadeira transformação social para uma vida com sentido. A Precarização do Trabalho nas Relações Sociais de Sexo é um fator determinante para a pauperização feminina brasileira, tendo em vista que as mulheres são em maioria na sociedade, são as mais exploradas e as que tem menor renda. Entendemos que, no Brasil a maioria da população é de mulheres, que sofrem diretamente as desigualdades de sexo, raça, etnia, e para que possamos diminuir esta precarização do trabalho feminino e conseqüentemente, a pobreza feminina, se faz necessário de dar oportunidades de trabalho iguais para mulheres e homens. Estas desigualdades sociais são um retrato de um governo que nos últimos anos, não tem aumentado o salário mínimo, que não tem dado condições de sobrevivência para as famílias pobres, bem como, não possui políticas de inclusão social e distribuição efetiva de renda, e promoção de uma política social integrada. O Brasil precisa de decisões políticas para enfrentar as desigualdades sociais após a pandemia da Covid-19, com a taxa de desemprego nunca vista antes e a população vivendo numa pobreza profunda.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**-ensaio as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho., São Paulo, Cortez,16. Edição, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação. .São Paulo, Boitempo, 2009.
- BRAGA, Ruy.A Rebelião do precariado. Trabalho e Neoliberalismo no sul Global. São Paulo, Editora Boitempo, 2017.
- CAMPELO, Tereza. **Faces da desigualdade no Brasil:** um olhar sobre os que ficam para trás. Saúde Debate, Rio de Janeiro, V. 42, N. Especial 3, P. 54-66, Novembro 2018.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo, Editora Cortez, 2014.
- CISNE, Mirla. **Relações Sociais de Sexo, “Raça/Etnia e Classe”:** Uma análise demanda. e feminista materialista. Revista temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro ,Editora Zahar, 1975.
- GUERRA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global,** São Paulo Editora Boiutempo, ,2017.
- IAMAMOTO, Marilda. **O Brasil das desigualdades:** “questão social”, trabalho e relações sociais. SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.
- LUKÁKS. **Ontologia do ser social.** Os princípios Ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo, Livraria editora Ciências Humanas. 1979.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular., 2008 p. 47. LUKÀCS, Gyorgy. O jovem Marx, p.167.
- MARX, Karl,**O Capital.** São Paulo ,Edição Compacta. Centauro Editora, 2005.
- SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.
- OLIVEIRA, Francisco. **Desigualdade Social.**Uma trajetória de insistência no Brasil.VII Jornada internacional de Políticas Públicas. Universidade federal do Maranhão, São Luís, agosto/2015.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiova. **O poder do macho: Rearticulando gênero e classe social.;** São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.